



ACESSO À REPRODUÇÃO ASSISTIDA NO SUS: DESAFIOS, DESIGUALDADES E PERSPECTIVAS BIOÉTICAS

PEDROSA, Matheus Trindade¹; CANTO, Ana Luiza Navarro da Silva¹; ALMEIDA, Júlia Zeferino Duarte de¹, MOURA, Mariana Siqueira¹

Orientadora: Aluana Rezende Parola²

^{1,2}Curso de Medicina do Centro Universitário de Belo Horizonte - Campus Buritis

aluana.parola@ulife.com.br

unibh

INTRODUÇÃO

A infertilidade é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um problema global de saúde pública e um desafio crescente para os sistemas universais de saúde. No Brasil, embora o direito ao planejamento familiar e à reprodução assistida seja garantido constitucionalmente, o acesso aos tratamentos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) permanece restrito, marcado por desigualdades regionais, longas filas de espera e custos indiretos elevados. Diante desse cenário, o presente estudo — em fase de revisão de escopo e aguardando aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa — busca mapear as evidências sobre o acesso à reprodução assistida no contexto do SUS, identificando barreiras estruturais, socioeconômicas e bioéticas que impactam a efetivação do direito reprodutivo.

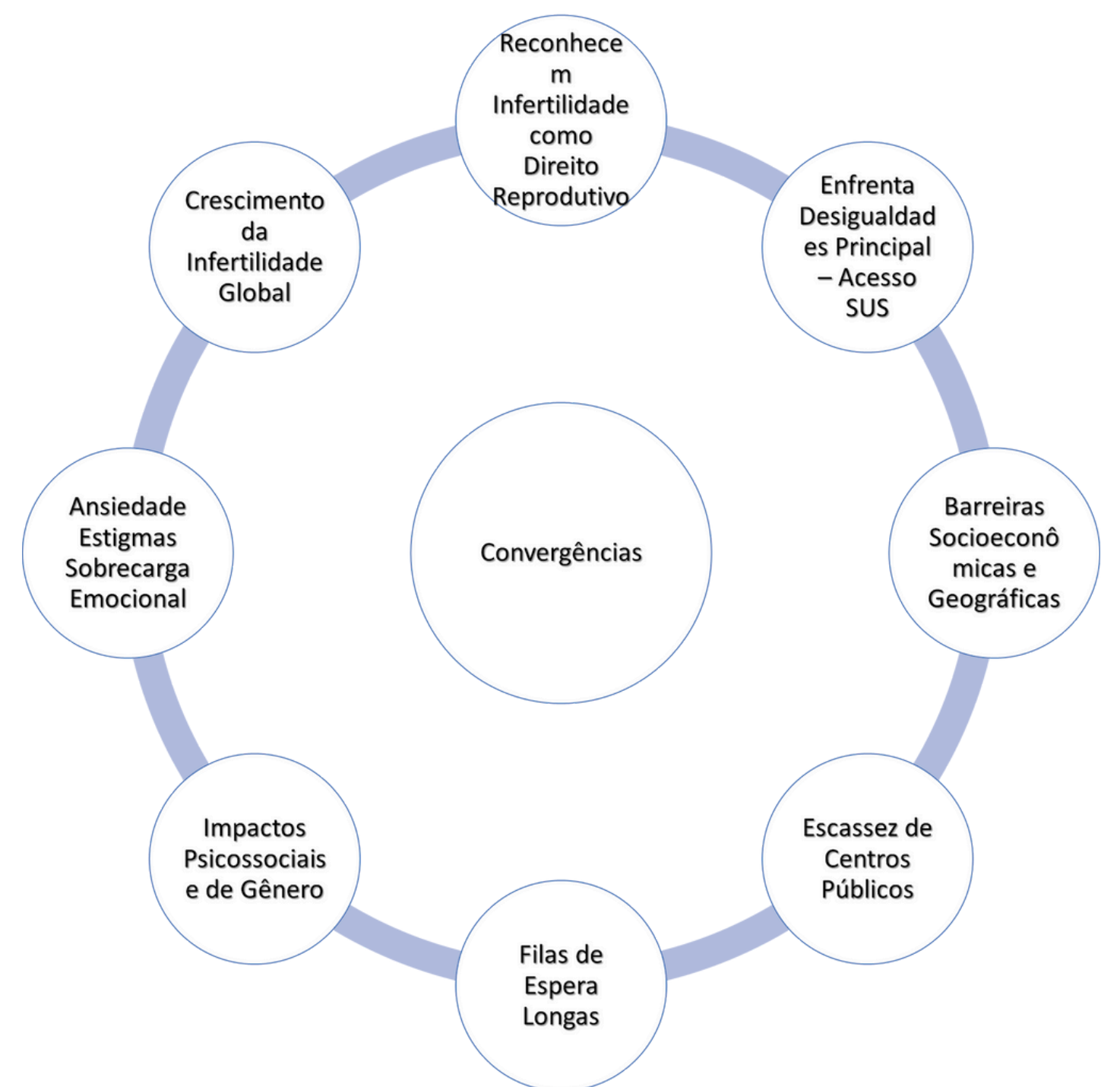
MÉTODO

Trata-se de uma revisão de escopo conduzida segundo as diretrizes do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR). As buscas foram realizadas nas bases PubMed, LILACS e Cochrane Library, entre março e setembro de 2025. Utilizaram-se os descritores: (“Assisted Reproductive Techniques” OR “Assisted Reproduction”) AND (“Infertility”) AND (“Health Policy” OR “Public Health”) AND (“Brazil” OR “Unified Health System” OR “SUS”). Foram incluídos estudos publicados entre 2012 e 2024, em português, inglês e espanhol, que abordassem a infertilidade e o acesso às técnicas de reprodução assistida no contexto de sistemas públicos de saúde, especialmente o SUS. Excluíram-se relatos de caso, revisões narrativas e estudos sem relação com políticas públicas ou acesso ao tratamento. Os resultados foram organizados em categorias temáticas — acesso e desigualdade, políticas públicas e princípios bioéticos — e analisados de forma descritiva e comparativa, buscando compreender as barreiras estruturais, socioeconômicas e éticas associadas à oferta de reprodução assistida no Brasil.

DISCUSSÃO

- A infertilidade é reconhecida como condição de saúde e direito reprodutivo¹.
- Persistem desigualdades no acesso aos tratamentos pelo SUS^{1,2,3} como:
 - Barreiras socioeconômicas e geográficas: escassez de centros públicos, altos custos e longas filas².
 - Atendimento mais acessíveis às classes com maior poder aquisitivo.^{1,2,3,4}
 - Impactos psicossociais e de gênero: ansiedade, estigma e sobrecarga emocional em mulheres.²
 - Em nível global, observa-se aumento da infertilidade e falta de políticas públicas e dados epidemiológicos consistentes.^{5,6}

RESULTADOS



CONCLUSÃO

A infertilidade é, de fato, um problema de saúde pública global e um direito reprodutivo que exige atenção imediata. No Brasil, contudo, o acesso à reprodução assistida é marcado por uma profunda desigualdade — uma falha na justiça distributiva — causada, principalmente, pelo alto custo financeiro dos tratamentos, o que restringe o acesso majoritariamente a grupos sociais mais privilegiados. Para superar essa barreira e garantir o direito ao planejamento familiar a todos, o envolvimento do Estado e do SUS é crucial, devendo focar na adoção de protocolos mais acessíveis e custo-efetivos, além de investir na prevenção através de programas de estilo de vida saudável para otimizar a fertilidade e assegurar um acesso equitativo e integral.

REFERÊNCIAS

1. OLIVEIRA, Magali Gláucia Fávoro de; BUSSINGUER, Elda. Infertilidade: Sistema Único de Saúde e o direito fundamental ao planejamento familiar. Revista Bioética, Brasília, v. 32, e3777PT, p. 1–11, 2024.
2. GHORBANI, Maryam; HOSSEINI, Fatemeh Sadat; YUNESIAN, Masud; KERAMAT, Afsaneh. Dropout of infertility treatments and related factors among infertile couples. Reproductive Health, v. 17, n. 192, p. 1–6, 2020.
3. • OPPENHEIMER, D. et al. A busca pelo princípio da justiça para casais inférteis: caracterização da população brasileira e discussão bioética. BMC Ética Médica, 2023.
4. • OPPENHEIMER, D. et al. Acesso ao tratamento da infertilidade no Brasil: validação de um questionário para discussão bioética. Saúde Reprodutiva, 2023.
5. FENF, J. et al. (2025): "Características epidemiológicas da infertilidade, 1990-2021 e previsões de 15 anos: uma análise baseada no estudo global de carga de doenças de 2021."
6. MASCARENHAS, M. N. et al. (2012): "Tendências nacionais, regionais e globais na prevalência de infertilidade desde 1990: uma análise sistemática de 277 pesquisas de saúde."

AGRADECIMENTOS

Expressamos nossa profunda gratidão à UniBH pelo apoio institucional que permitiu a realização deste estudo. À Aluana Rezende Pérola, por suas orientações e contribuições no desenvolvimento deste trabalho. E também estendemos um agradecimento especial à Prof.^a Ludmila Olandim por ter idealizado e encabeçado o projeto da Jornada Pró-Ciência, que nos proporcionou a oportunidade de participar de uma iniciação científica. A todos, nossos sinceros agradecimentos.